Competência da justiça militar no código penal militar

O presente artigo analisa as competências da Justiça militar, de acordo com o Código Penal Militar, identificando a sua aplicabilidade. Sabe-se que a lei militar é aquela que determina direitos e deveres dos militares, distinguindo-se do Código Penal Comum. Surge a necessidade de refletir sobre o Direito Penal na área militar, verificando quais são os crimes militares e como é realizado o procedimento de investigação e de aplicação da pena, nesses casos. O direito penal militar pode ser entendido como um conjunto de normas que elencam os crimes militares, bem como as penas aplicadas para assegurar o bem-estar e a ordem jurídica da instituição. Através de pesquisa bibliográfica, busca-se compreender como a justiça militar atua no Brasil. Com a Lei nº 13.491 de 13 de outubro de 2017, houve a ampliação dos crimes militares. Daí a importância de compreender e estudar a competência da Justiça Militar e o que diz o Código Penal Militar sobre a temática.

Palavras-chave: Justiça Militar; Código Penal Militar; Competências.

Competence of military justice in the military penal code

This article analyzes the competences of military justice, according to the Military Penal Code, identifying its applicability. It is known that military law is one that determines the rights and duties of the military, distinguishing it from the Common Penal Code. The need arises to reflect on Criminal Law in the military area, verifying what are the military crimes and how the investigation procedure and application of the penalty is carried out in these cases. Military criminal law can be understood as a set of rules that determine military crimes, as well as the penalties applied to guarantee the welfare and the legal order of the institution. Through bibliographic research, we seek to understand how military justice operates in Brazil. With Law No. 13,491, of October 13, 2017, there was an expansion of military crimes. Hence the importance of understanding and studying the competence of Military Justice and what the Military Penal Code says about the theme.

Keywords: Military Justice; Military Penal Code; Skills.

Topic: **Direito Militar**

Received: **19/06/2019**

Approved: **10/11/2019**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Carlos Alberto Silva
Faculdade de Venda Nova do Imigrante, Brasil
betounit@hotmail.com

DOI: 10.6008/CBPC2674-6409.2019.002.0001

Referencing this:

SILVA, C. A.. Competência da justiça militar no código penal militar.

Libro Legis, v.1, n.2, p.1-10, 2019. DOI:

<http://doi.org/10.6008/CBPC2674-6409.2019.002.0001>

INTRODUÇÃO

O Código Penal Militar possui características próprias que o diferem do Código Penal Comum. Houve a ampliação de crimes militares a partir da Lei nº 13.491/2017, havendo a necessidade de compreensão, por parte do operador de direito, para que a legislação seja aplicada corretamente. O Código Penal Militar brasileiro, entrou em vigor no Brasil, com o Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969, regulamentando a aplicação da Lei Penal Militar.

O Direito Penal Militar, enquanto conjunto de normas, tem o objetivo de definir os crimes relacionados à ordem jurídica militar. Seu reconhecimento, segundo Lobão (2015), inicialmente foi encontrado em Roma, servindo de referência para a sociedade contemporânea. A primeira legislação militar brasileira foi estabelecida em 1763, com a denominação de Artigos de Guerra do Conde de Lippe.

Atualmente, a vigência é do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1001/1969). O Direito Penal Militar brasileiro é aplicado de forma especial, pela Justiça Penal Militar, se aplicando à categoria de militares, bem como à tutela de bens jurídicos relacionados a eles. Trata-se de um direito penal especial, devido à aplicabilidade de pessoas, que compõem a instituição militar. O estudo do Código Penal Militar se faz necessário para a compreensão dos crimes militares, previstos em seu artigo 9º. Através de pesquisa bibliográfica, busca-se compreender melhor a competência da justiça militar para julgar e aplicar sanções em relação a esses tipos penais.

METODOLOGIA

Crime Penal Militar e o Código Penal Militar

Aspectos gerais

De acordo com o art. 1º, da Lei de Introdução ao Código Penal, a infração penal é aquela passível de reclusão ou detenção e multa. Romeiro (2016) diferencia o crime militar apontando dois requisitos: tipificação no Código Penal Militar, previsto no art. 9º ou 10º da legislação militar ou, ainda na legislação comum. Ao estar inserido nesses requisitos, o delito é reconhecido como crime militar, independente do agente ser civil ou fazer parte da instituição. Os crimes militares são aqueles previstos no Código Penal Militar, sendo praticados por militares, quando estiverem em serviço ou no exercício de suas funções estatais. Podem ainda ocorrer quando são realizados contra militares de reserva, reformados ou civis, conforme se observa no art. 9º do Código Penal militar, inciso II, alínea 'c':

Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz: [...]

II – Os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, quando praticados: (Redação dada pela Lei nº 13.491, de 2017) [...]

c) por militar **em serviço ou atuando em razão da função**, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil; (Redação dada pela Lei nº 9.299, de 8.8.1996). (BRASIL, 1969).

Nos crimes dolosos contra a vida de um indivíduo que não é militar, cujo agente faz parte da Polícia Militar e o comete em serviço, o julgamento é realizado pela Justiça Comum, com a formação do Tribunal do

Júri, conforme dispõe o artigo 125, § 4, da Constituição Federal. Nesse sentido, a investigação dos crimes cometidos por militares, vem sendo realizada, no Estado do Rio de Janeiro, pela polícia civil, que encaminha o inquérito policial ao Ministério Público. Marreiros (2015) explica que não existe outro requisito. A exigência em relação ao processo na justiça militar é uma interpretação com sentido equivocado, por misturar Direito Penal e Processual, misturando a natureza penal com competência.

Segundo Borges (2019), esse procedimento, sem o acompanhamento da Justiça Militar, desrespeita a função legal da polícia judiciária militar. Na prática, o policial militar tem sido processado com base no Código Penal Comum, não atendendo ao que é estabelecido pelo Código Processual Penal Militar, em seu art. 1º, que determina que o processo militar é regido pela legislação especial.

De acordo com o artigo 1º do Código de Processo Penal Militar, a competência para investigar o crime penal é da Polícia militar, que encaminha o inquérito policial militar para a Justiça Militar, que analisa se o crime é culposos ou doloso, ou se há excludente de ilicitude. Por fim, nos casos dolosos contra a vida, se tem o tribunal do júri, aplicando a legislação comum.

“Fora das duas hipóteses supracitadas ocorrerão outras espécies de crimes, que podem ser, de maneira global, chamados de crimes comuns, previstos no Código Penal” (BORGES, 2019). Os crimes comuns, quando praticados nos moldes do art. 9º do Código Penal Militar, recebem a denominação de crimes militares. A Justiça Militar se divide em duas esferas, conforme o Organograma 1.

Organograma 1: Divisão da Justiça Militar. **Fonte:** Romeiro (2016).

A Constituição Federal brasileira estabelece aos órgãos da Justiça Militar, a competência para processar e julgar crimes militares, conforme artigos 122 e 124. No caso dos tribunais, a previsão constitucional está no artigo 128, inciso I, alínea ‘c’. Em relação aos crimes de falta militar ou transgressão disciplinar, a punição ocorre de acordo com o Código da Polícia Militar. Loureiro Neto (2013) esclarece que os crimes de competência da Justiça Militar, são divididos em dois tipos: Crimes Militares em tempo de paz; Crimes militares em tempo de guerra.

Esses tipos de crimes militares podem ser próprios ou impróprios. Romeiro (2016) entende que os próprios são cometidos por militares; já os impróprios são praticados por qualquer pessoa, mas devido à sua condição, passam a ser considerados de natureza militar, conforme mostra o quadro 1. A discussão a respeito do julgamento de crimes militares, realizados por civis, é uma das problemáticas sobre o Código Penal militar e a competência da Justiça Militar. Esses indivíduos respondem perante a Justiça Militar quando a legislação

permitir. A dúvida que surge, em relação ao Código Penal Militar e sua aplicabilidade na prática cotidiana, diz respeito à competência para julgar e processar civis que cometem crimes militares. Assim, Loureiro Neto (2013), esclarece que, nesses casos, o agente civil de crime militar responde perante a Justiça Militar Federal, seguindo as determinações do ordenamento jurídico.

Quadro 1: Crimes Militares

Crimes propriamente militares	Crimes impropriamente militares
Deserção Cobardia Dormir em serviço Recusa de obediência Abandono de posto	Homicídio Lesão corporal Contra a honra Contra o patrimônio Tráfico ou posse de entorpecentes Peculato Corrupção Falsidade Violência contra sentinela

Fonte: Romeiro (2016).

Com a Lei nº 9299/96, foi introduzido o parágrafo 9º, do Código Penal Militar, que exclui os crimes dolosos contra a vida cometidos por militares, contra civis, da competência da Justiça Militar, devendo ser julgados pelo Tribunal do Júri. Karam (2015) explica que o julgamento de civis pela Justiça militar é uma medida excepcional, como é o caso de coautoria, quando o crime for cometido por civis e militares em concurso de pessoas. Nota-se que é essencial conhecer o Direito Penal Militar, não confundindo a sua competência com aquela prevista para os crimes cometidos por civis.

Conhecer a competência da Justiça Militar se torna essencial para compreender as questões que envolvem o envolvimento de militares na criminalidade. Em relação à Polícia Judiciária Militar, verifica-se que a sua função é apurar a autoria e a materialidade de crimes militares, sendo composta por comandantes de diretores das instituições militares. Essa competência fica a cargo dos oficiais, seja na esfera federal ou na estadual, que são os responsáveis pelo inquérito.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A função militar e o cumprimento do ordenamento jurídico

A finalidade do Direito Penal Militar é proteger valores éticos e morais que são essenciais para a harmonia na vida em coletividade, tendo como alicerce princípios hierárquicos e disciplinares. O agente comete o crime militar, quando sua ação é típica, antijurídica e culpável, tendo como referência o artigo 9º, do Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969, denominado de Código Penal Militar.

Segundo Foureaux (2016), os crimes militares ocorrem quando a conduta é praticada por militar, seja em serviço ou em relação à função que exerce. Diante da existência de casos diversos, observa-se a incerteza dos aplicadores do Direito Penal Militar, quando o policial militar se encontra de folga, ou ainda se a sua atuação se deu em decorrência da função exercida. O autor esclarece que mesmo estando fardado publicamente, não há previsão da alínea c, inciso II, do art. 9º, do CPM.

A função constitucional do policial militar é realizada quando ele se encontra devidamente fardado e representando o estado, na função de proteger os cidadãos. É importante ressaltar que os militares são

agentes públicos, que prestam um serviço à sociedade, cuja finalidade é a manutenção da ordem e garantia do bem-estar coletivo. Segundo Oliveira (2017), os membros das instituições militares trabalham diariamente em condições complexas, sendo alvo de ameaças e risco de morte, o que faz com que sejam uma classe diferenciada.

Nesse sentido, surge o Estatuto dos Militares, exigindo a disponibilidade integral de horário para fins de cumprimento de suas funções. Para Santos (2013), eles devem obedecer aos princípios que regem a Administração Pública, cabendo a obediência aos valores da instituição militar, como é o caso de hierarquia e disciplina. Assim, os agentes públicos adquirem poder, para exercer as funções necessárias ao bem comum. A imposição de limites se torna essencial, sendo que os policiais militares devem se sujeitar ao ordenamento jurídico próprio, presente em códigos, leis, regulamentos e estatutos.

Os militares que não respeitam o ordenamento jurídico próprio da função, estão sujeitos à repreensão penal e administrativa, tendo como finalidade a preservação dos valores que regem a função. Os cidadãos que ingressam na instituição militar passam a exercer o poder de polícia, podendo utilizar a força, mas tendo como alicerce o dever de agir de acordo com o que diz o ordenamento jurídico e atendendo às necessidades sociais (ZAFFARONI et al., 2011).

De acordo com o entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais:

As instituições armadas – especialmente as polícias militares – dispõem da força e do poder de coerção em nome do Estado. Sem disciplina, podem converter-se em bandos armados com riscos para o cidadão, as instituições civis e o próprio regime. (MINAS GERAIS, 2013).

Ante o exposto, verifica-se que os policiais militares podem exercer o uso da força, durante as suas funções, mas é preciso que sejam disciplinados para que não haja abuso. Silva (2013) esclarece que os militares precisam se comportar de forma exemplar, com base em atitudes éticas, sendo indivíduos diferenciados, o que torna imprescindível a análise especial de seus atos. Nesse contexto, os policiais militares devem se comportar e possuir atitudes profissionais, respeitando os princípios da hierarquia e da disciplina.

De acordo com Oliveira (2017) disciplina pode ser entendida como a exteriorização da ética militar, fazendo com que os militares tenham que cumprir seus deveres. É importante preservar não apenas a instituição, mas também os valores que ela estabelece. Assim, o Código Penal Militar estabelece que os militares devem ser julgados pela Justiça Militar. Analisando o Direito Penal Militar, verifica-se que os crimes militares, também envolvem a formalidade e materialidade.

Em relação à formalidade, observa-se que o ato ilícito viola uma lei penal, tendo como pena a prisão ou reclusão. É ilícito porque contraria uma norma penal e tem previsão no Código Penal. Já, na materialidade, se tem uma conduta que causa uma lesão ao bem jurídico que é essencial para a convivência harmoniosa. Para Bitencourt (2012) o crime é aquele que ofende os bens jurídicos importantes para o convívio social. No Código Penal Militar, a definição de crime poder ser entendida como a ação ou omissão que a lei proíbe, devido à natureza ameaçadora ao bem jurídico tutelado, contrariando valores que são imprescindíveis para a sociedade. Para o Direito Penal Militar, ocorre o ato criminoso quando se tem a tipicidade, ilicitude e culpabilidade, estando previsto no art. 9º do Código Penal Militar.

Vale salientar que o Direito Penal Militar é especial, analisando os crimes propriamente militares, impropriamente militares e por extensão, cometidos por militares na ativa ou na reserva e reformados. A alteração da redação do art. 9º, do Código Penal Militar, tem como alicerce a Lei nº 13.491/17, cuja finalidade foi aumentar o rol de crimes militares e ampliar a competência da Justiça Militar. Os chamados crimes militares por extensão são previstos na legislação penal comum e na legislação extravagante.

Ao atuar em razão da função, o militar pode estar em período de folga e sem farda, mas ajuda em uma ocorrência policial. Oliveira (2017) contribui para o entendimento do caso, ao afirmar o seguinte:

A segunda (atuando em razão da função) diz respeito ao militar da ativa que não está cumprindo sua escala de serviço, mas atua ante uma situação que exige sua intervenção, como, por exemplo, o Policial Militar diante da flagrância de um ilícito penal ou o bombeiro militar na situação de prestação de socorro.

Assim, a atuação do policial militar ocorre, quando ele está na ativa, mas não está em escala, embora tenha a iniciativa de intervir em um crime, prestando auxílio e socorro aos cidadãos, que estão tendo o seu bem jurídico ameaçado. Ele passa a entender a necessidade de agir em proteção da ordem e da paz, mesmo que não esteja em serviço. O crime militar, nesse caso, ocorre em decorrência de uma ação que recebe denominação de dever jurídico de agir. Mesmo de folga, o policial militar ainda é um agente público e se sente na obrigação de zelar pelo bem-estar coletivo.

Para Foureaux (2012), os militares, mesmo à paisana, atuam em defesa do interesse social. Ao cometer um crime, nessas circunstâncias, entende-se como militar. O autor explica que o fato de não estar fardado não é uma razão para desvincular o militar ao seu papel social. A vinculação do crime está relacionada à função exercida pelo agente público. Entende, ainda, que o uso da farda, fora do horário de serviço, para cometer crimes de interesse pessoal, não pode ser enquadrado no crime militar.

Atribuições do Policial Militar

Para a compreensão do crime militar, se torna essencial diferenciar quando o policial militar está em serviço e quando se coloca nessa condição, em razão da função de garantir o bem-estar coletivo. A atuação do policial ocorre em decorrência de sua função, sendo importante compreender bem o papel estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Analisando o Código Penal militar, verifica-se que o Direito Penal Militar e a Justiça Militar atuam na materialidade do crime militar, coibindo condutas que não são adequadas para a sociedade e que podem ser realizadas por militares, seja no decorrer de suas atividades ou quando estão de folga, mas atuam em benefício da coletividade (GALVÃO, 2017).

A regulamentação da função do policial militar é estabelecida pela Constituição Federal brasileira e pelo Código Penal Militar, que por sua vez, é complementado pelo Direito Administrativo. Nesse sentido, a Polícia militar se organiza tendo como pilares a hierarquia e a disciplina, conforme previsão do art. 144, inciso V, da Carta Magna, tendo a função de desenvolver atividade ostensiva e de preservação da ordem pública (ALMEIDA, 2020).

Cabe ao policial militar a tarefa de prevenir o crime, realizando atividades que assegurem a manutenção da paz e da ordem pública. Entre as funções, está a preservação do bem-estar coletivo e a

realização de um policiamento ostensivo. De acordo com o Decreto-Lei nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, pode-se definir a ordem pública como uma série de regras formais, cuja finalidade é regulamentar a relação entre os membros do corpo social, visando garantir o interesse da coletividade e permitindo que a convivência seja realizada em harmonia e paz. Cabe ao poder de polícia a função de fiscalizar essa relação harmoniosa, para que se alcance o bem comum (BRASIL, 1983).

Observa-se que ordem pública pode ser entendida como o oposto de desordem, sendo a segurança pública responsável pela manutenção da tranquilidade dos indivíduos que vivem em sociedade. Deve-se priorizar a salubridade de todos os cidadãos. Para Foureaux (2019) há uma divisão da ordem pública, conforme se observa no Organograma 2.

Organograma 2: Divisão da ordem pública. **Fonte:** Foureaux (2019).

Esses elementos são essenciais para que a sociedade tenha a sensação de paz e os cidadãos se sintam mais tranquilos em conviver com os demais membros do corpo coletivo. Uma convivência harmoniosa permite que as pessoas possam circular pelas vias públicas sem o medo de assaltos. Quanto à preservação da ordem pública, verifica-se que a polícia militar assume o papel de garantir essa tranquilidade dos indivíduos em circular com seus bens, sem o receio de perdê-los de forma violenta e criminoso.

O policial militar atua mantendo e restaurando a ordem pública. Suas ações são preventivas e repressivas, tendo como foco o impedimento de um comportamento individual que prejudique a sociedade. A competência constitucional da polícia militar é manter e preservar a ordem pública. Realiza policiamento ostensivo, para prevenir crimes. De acordo com o Decreto-Lei nº 88.777/83, trata-se de uma ação policial que é realizada individualmente ou pela tropa para garantir a ordem pública. Assim, os policiais são cidadãos qualificados pelo Estado para proteger a população, cuja finalidade é manter a paz social. Esses agentes públicos possuem o poder, dado por lei, para realizar o policiamento preventivo e reprimir quando necessário. A autoridade do Estado é exercida por meio do policial fardado e armado. A utilização da farda representa a presença estatal, demonstrando aos indivíduos o poder coercitivo que é exercido, demonstrando que a ordem pública está sendo assegurada.

Justiça Militar e o crime militar

A ocorrência do crime militar requer a análise da ação, verificando a existência de tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade e a regulamentação do art. 9º do Código Penal militar. Nos crimes impropriamente militares e por extensão, a presença do agente militar, seja em serviço ou em razão da sua função, requer compreensão a respeito da competência da Justiça Militar. Neves et al. (2014), esclarece que

militar em serviço é aquele da ativa, que exerce suas funções militares em escala e no ato do cumprimento da ordem do Estado, por meio de seus órgãos responsáveis.

A atuação em função é entendida como aquela na qual o militar se coloca em serviço, diante de situação de flagrante delito, intervindo para garantir que um bem jurídico tenha sua tutela garantida. Nesses casos, Almeida (2020) esclarece que, o militar passa a agir em decorrência de um dever jurídico. Não há a necessidade de estar fardado, porque não existe necessidade de agir em decorrência de farda.

Rosa (2011) esclarece para a compreensão do tema, com a seguinte afirmação:

Quanto aos militares estaduais a regra é que estes estejam nas ruas preservando a integridade física e patrimonial daqueles que vivem nas cidades, nas urbes, nos pequenos, médios e grandes centros urbanos, sendo a preservação da vida do Estado nestas localidades. Segundo o estabelecido nesta alínea **também será considerado crime militar aquele praticado pelo militar que se encontra em serviço, ou seja, no cumprimento de suas missões constitucionais** e também no cumprimento de sua escala de serviço estabelecida por seu comandante, ou ainda o militar que se encontre fora do lugar sujeito à administração militar.

Ante o exposto, pode-se verificar que a função do policial militar é garantir a ordem pública, sendo comum agir em casos de flagrante à violação de um bem jurídico. Mesmo de folga, muitos militares atuam em defesa dos cidadãos e da ordem pública. No caso do cumprimento de suas funções, o cometido do crime se enquadra em militar. O dever de preservar a ordem pública requer que haja manutenção e restauração, seja por meio da prevenção ou da repressão. Mesmo de folga, o militar se coloca em serviço, porque assume o dever de agir repressivamente. Cabe à Justiça Militar, o julgamento de crimes militares que são previstos em lei, conforme os artigos 124 e 125, § 4º, da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Nesse sentido, os crimes que são previstos no art. 9º do Código Penal Militar são analisados pela Justiça Militar. Assim, cabe a ela a análise da natureza do crime, bem como a condição do acusado. Com o advento da Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017, passam a ser inseridos crimes previstos não apenas no Código Penal Militar, mas também no Código Penal Comum, o que demonstra a ampliação.

Essa mudança legislativa inclui, no rol de crimes militares, aqueles que são previstos na legislação penal. Os crimes que são cometidos entre militares e aqueles que os envolvem, seja em serviço ou em razão da função, podendo ocorrer pelo disparo de arma de fogo, atos de tortura e abusos de autoridade, assédio sexual ou pedofilia. Em casos de crimes dolosos contra a vida, cabe ao tribunal do júri o julgamento.

A Justiça militar tem a competência de julgar os crimes com previsão no art. 9º, inciso II, do Código Penal Militar. Segundo Almeida (2020), a norma de natureza processual passa a ser aplicada de imediato. Essas mudanças no Código Penal Militar, são de natureza processual e heterotópica, atuando apenas na competência da Justiça Militar e sem qualquer alteração para o réu. Após a mudança legislativa, se observa a ampliação da competência absoluta e a necessidade de analisar o juízo competente para julgar cada caso.

Os processos que tramitam na Justiça Comum e são relacionados ao crime militar, devem ser encaminhados para a Justiça Militar. É importante ressaltar que não retroativo, exceto em caso de benefício para o réu, havendo o encaminhamento, quando os crimes foram cometidos após a vigência da nova norma. Cavalcante (2017) entende que os casos precisam ser avaliados antes de serem metidos à Justiça Militar, uma vez que a aplicação da lei mais benéfica na Justiça Comum, gera insegurança jurídica. No caso de

divergência das decisões judiciais, pode haver benefícios ou prejuízos para o réu.

Em relação aos recursos, observa-se que a interposição é feita para a Justiça que proferiu a sentença. A questão apontada por Almeida (2020) é que, alguns Estados da Federação, não possuem Tribunal de Justiça Militar, o que faz com que seja necessário recorrer no Tribunal de Justiça Comum. De acordo com a Súmula 90 do STJ, a competência de processar e julgar policiais militares, na prática de crimes militares, é da Justiça Estadual Militar.

De acordo com Cavalcante (2017), a Súmula 90 do STJ, perdeu a razão, diante da pacificação legislativa, em relação ao fim da duplicidade processual que envolvia o crime cometido por militares, que tinham que enfrentar tanto a justiça comum quanto a militar. Os crimes militares passam a ser julgados, exclusivamente pela Justiça especializada.

Em relação às contravenções penais, nota-se que não houve qualquer abrangência com a modificação do art. 9º do Código Penal Militar, já que a legislação militar elencou os crimes que são de competência da Justiça militar. Nesse sentido, apenas os crimes militares se enquadram nessa legislação, não sendo possível falar em contravenção penal militar.

CONCLUSÕES

Com o presente estudo foi possível compreender como as mudanças no Código Penal Militar contribuíram para a ampliação dos crimes militares e para a regulamentação da atuação da Justiça Penal Militar. Os crimes militares não são definidos pela Constituição Federal, que em seus artigos 124 e 125, § 4º, estabelece ao legislador ordinário a competência de instituí-los. Em relação ao artigo 9º do Código Penal Militar, verifica-se que apenas são crimes militares aqueles previstos nessa legislação.

Nota-se que a atividade desenvolvida pelos policiais militares se torna complexa e perigosa, o que distingue esses agentes do Estado, dos demais membros do corpo social. Nesse sentido, é importante que esses indivíduos sejam diferenciados dos demais cidadãos, quando são julgados por crimes cometidos em serviço. Não se trata de uma permissão para matar, como defendem muitas organizações de direitos humanos, mas de uma análise diferenciada de cada caso.

A questão abre discussão para debates a respeito da violação ou não de tratados firmados internacionalmente, que visam defender os direitos humanos, permitindo a continuidade do debate e estudo a respeito da temática. O presente artigo, teve a finalidade de analisar a competência da Justiça Militar no Direito Penal Militar. Sabe-se que se tem a garantia de um julgamento justo, desde que haja imparcialidade independência. Na prática, a Justiça Militar deve ser técnica e priorizar essa imparcialidade. No caso do Tribunal do Júri, não existe conhecimento técnico, o que pode permitir a absolvição de forma livre.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. R.. **Crime militar e suas particularidades**. São Paulo: Jusnavigandi, 2020.

BITENCOURT, C. R.. **Tratado de Direito Penal: Parte Geral**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BORGES, L. P.. **Código Penal e Código Penal Militar**. São Paulo: Jusnavigandi, 2019.

BRASIL. **Constituição da República (1988)**. Brasília: DOU, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 88.777/83**. Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Brasília: DOU, 1983.

CAVALCANTE, M. A. L.. **Superação legislativa da jurisprudência (reação legislativa)**. Manaus: Buscador Dizer o Direito, 2017.

FOUREAUX, R.. **Justiça Militar: aspectos gerais e controversos**. São Paulo: Fiúza, 2012.

FOUREAUX, R.. **Direito Penal Militar**. São Paulo: Fiuza, 2016.

FOUREAUX, R.. **Segurança Pública**. Salvador: JusPodivm, 2019.

GALVÃO, F.. **Incompreensão sobre o bem jurídico tutelado nos crimes militares**. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

KARAM, M. L.. **Competência no Processo Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

LOBÃO, C.. **Direito Penal Militar**. Brasília: Brasília Jurídica, 2015.

LOUREIRO NETO, J. S.. **Direito Penal Militar**. São Paulo: Atlas, 2015.

MARREIROS, A.. **Direito Penal Militar: Teoria Crítica e Prática**. São Paulo: Método, 2015.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais. **Conhecendo a Justiça Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: TJMMG, 2013.

NEVES, C. R. C.; STREIFINGER, M.. **Manual de Direito Penal Militar**. São Paulo: Saraiva, 2014.

OLIVEIRA, M. J.. **Comentário ao Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais**: CEDM: Lei n. 14.310 de 2002. Belo Horizonte: Diplomata Livros, 2017.

ROMEIRO, J. A.. **Curso de Direito Penal Militar: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2016.

ROSA, P. T. R.. **Código Penal Militar Comentado**. Belo Horizonte: Líder, 2011.

SANTOS, G. L.. **Prática Forense para o Juiz Militar**. Belo Horizonte: Inbradim, 2013.

SILVA, W. R.. **Direito Penal Militar**. São Paulo: Universitária, 2013.

ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H.. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da **Sapientiae Publishing**, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.